



MEMÓRIA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2022

Ao primeiro dia do mês de abril de 2022, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 49ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2022. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Advocacia-Geral da União – AGU, Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, Controladoria-Geral da União – CGU, Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR, Departamento da Polícia Federal – DPF, Ministério Público de Contas do Estado – MPC, Ministério Público do Paraná – MPPR, Observatório Social do Brasil – OSB, Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR, Receita Federal do Brasil – RFB, Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, Tribunal de Contas da União – TCU, Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJ/PR e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. E, registrada a ausência de representantes da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP, Ministério Público do Trabalho – MPT, Ministério Público Federal – MPF e Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA. A sessão foi presidida pelo Luiz Gustavo Andrioli, em substituição ao Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) como Coordenador Executivo interino, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação da Ata da 48ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena. Após, passou para o próximo item da pauta,

Danieli Kotelak (MPPR) fez um adendo quanto ao pedido de correção na indicação do órgão de manifestação do TRE/PR, realizado pela **Hillene de Cassia**, além de sugestões que serão inseridas na próxima pauta.

Hillene de Cassia (TRE/PR) sugeriu que as comissões apresentassem um plano de ação para o ano de 2022, a fim de possibilitar o acompanhamento pela Rede e estar alinhado com o planejamento estratégico.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU), após ciência dos ajustes e das ponderações realizadas pela **Hillene de Cassia**, passou para o próximo item da pauta exposição do **Raul Clei Cocco Siqueira** sobre ESG Público.

Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR) apresentou de forma geral as diretrizes do ESG Público e da grande movimentação estadual e municipal em atender os 3 eixos do

programa: governança (economia, transparência, integridade e compliance), ambiental (sustentabilidade no agronegócio e agenda de mudanças climáticas) e social. Apresentou o primeiro modelo do Estado do Paraná, lançado pelo Governador do Estado no evento da Expo Dubai, relatando as preocupações e atividades executadas e a serem executadas no âmbito do ESG, através de vídeo disponibilizado no link do Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=cZ4dJiPpBvM>. Por fim, reforçou o compromisso do Paraná no selo ESG, que vem balizando suas ações na visão de sustentabilidade, social na família paranaense, governança, prestação de contas, ou seja, ações focadas no tripé dos eixos da ESG.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) considerou positiva a preocupação do Estado do Paraná e parabenizou o **Raul Clei Cocco Siqueira** pela explanação, bem como o alcance e potencial de um vídeo para expressar a comunicação. Seguiu para a próxima pauta: atualização do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC. Para nivelar o entendimento de os presentes, fez uma síntese do objetivo do programa e do seu papel em colaborar com os órgãos municipais e estaduais. Mesmo não sendo um programa de ranking, aproveitou para apresentar a posição do Estado do Paraná para que todos compreendessem o atual cenário do Estado. O Paraná é o 4º lugar em adesões, com uma representatividade de 81,48%, estando acima da média do Brasil de 59,83%. As adesões paranaenses faltantes em números de instituição são: 23 federais, 2 estaduais e 165 municipais. Em abril, ocorrerá a primeira reunião de retorno do Programa no ano corrente com Controles Internos (CONACI). A expectativa é que ocorram 5 eventos nacionais.

Luciano Cassio de Souza (TCU) realizou uma pequena observação que no quantitativo de 165 instituições municipais estão contemplados municípios e câmaras.

Penelope Gama (DPF) reforçou o papel fundamental do Programa, bem como sugeriu a possibilidade de englobar capacitação, tendo em vista a insegurança de servidores na nova lei de licitações, em especial como fiscalizar e monitorar as contratações. A sugestão se pautou na necessidade de padronização tanto do gestor como do setor de controle.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) compreende que as normas vêm avançando, porém o gestor não vem acompanhando. Disse que o TCU tem o setor de capacitação para auditores, mas que irá pensar em como tentar concentrar os esforços nessa temática, como por exemplo: elaboração do plano anual de compras. O PNPC trabalha com a integridade no sentido mais amplo, mas entende as angústias trazidas pela colega.

Ney da Nobrega Ribas (OSB) pontou que essa é a essência da angústia do controle social. Que o PNPC propicia ao gestor o mapa de riscos e planos de ação. No entanto, os gestores

e ouvidores não possuem ferramentas suficientes para implementar essa mudança de cultura. Relatou que pequenos municípios vêm empoderando os controladores municipais para implementar programas, sendo a primeira ação a capacitação. Sugeriu uma reunião presencial com esses atores para que seja pensando em ações de mudança de cultura.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) pediu para constar em ata a necessidade de agendar reunião presencial, se possível, para tratar da capacitação como pauta para a Rede, considerando o apoio de todos os órgãos integrantes e a participação primordial da CGE/PR.

Raul Clei Coccaro Siqueira (CGE/PR) aproveitou a oportunidade e falou do papel da CGE/PR em reforçar os municípios com ferramentas tecnológicas – como SIGO, sistema e-CGE, modelos de transparência pública – e capacitação dos municípios que aderirem ao Controla Paraná. Além de fomentar e auxiliar na criação de Controladorias-Gerais Municipais. Também elencou o papel do CGE Itinerante que possibilita a avaliação dos serviços públicos prestados. Já em relação à nova lei de licitação, a CGE/PR vem capitaneando a ação de adequação do GMS na nova governança de compras, em conjunto com a SEAP, SEPL e Celepar, bem como vem consultando os apontamentos do TCU nas melhorias pertinentes ao Plano Anual de Compras. Por fim, falou do grande interesse que o PNPC despertou no último encontro do CONACI, bem como de que futuramente serão encaminhadas sugestões de aprimoramento ao Programa, a fim de amadurecer os questionamentos elencados e focar nas áreas de controle. Sugeriu segregar o mapa de calor contido no PNPC.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) pediu para que as sugestões fossem anotadas por **Luciano Cassio de Souza**, para que o PNPC possa dar um parecer o mais breve.

Carlos Alberto Rambo (CGU) acredita ser um grande desafio no Programa alocar todo o pessoal.

Luciano Cassio de Souza (TCU) apresentou no chat os números exatos de instituições municipais que não aderiram até o momento ao Programa: 75 Câmaras e 90 Prefeituras (do total de 165).

Karlla Hanayane (SEJUF) fez um breve relato do seu retorno à Rede, como representante da SEJUF. E, aproveitou a fala de **Penelope Gama** para pontuar a possibilidade de avanço na perspectiva na área de controle, considerando todo o trabalho pioneiro da CGE/PR. Trazendo para a realidade da SEJUF, em que são abordadas políticas complexas com pautas de assistências sociais, observa-se a necessidade de adequação de instrumentos de controle, pois as áreas finalísticas têm dificuldade em enxergar a matriz de risco e as ferramentas necessárias de controle externo e interno. A grande questão é: como trazer a

visão de controle para quem cria a política pública, que está focado em atingir as metas, não na visão macro e estratégica e, sim, na visão do risco geral e corrupção.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) concordou na necessidade de abrir o horizonte.

Penelope Gama (DPF) agradeceu as contribuições, mas salientou o ponto da **Karlla Hanayane**. Pontuou que talvez seja o momento de repensar no papel da Rede de como atuar em conjunto. Bem como, refletir como a atitude da gestão em risco pode impactar na agilidade do poder público em perseguir a transformação digital e inovação. Ao final, tem-se um produto que é o papel padronizado dos atores envolvidos.

Demian Bianchi Bertozzi (CGU) esclareceu a representação dos entes federais no PNPC, pois os planos de integridade e planos de gestão de ouvidoria ficaram centralizados em Brasília.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) abriu a palavra para a quarta pauta: Força Tarefa Cidadã. Solicitou que **Ney da Nobrega Ribas** realizasse um relato sobre o que é, quem participa e atual status da ação.

Ney da Nobrega Ribas (OSB) contou o histórico da ação. A Força Tarefa Cidadã nasceu da falta de transparência na pandemia da COVID-19, em meados de 2020 em Alagoas. O projeto foi adaptado para o Sul do país e hoje atua em todo o Brasil. A colaboração é a transparência ativa e passiva nos municípios. Neste momento, cada município foi notificado do *checklist*, que deverá ser avaliado nos portais com a indicação da legislação pertinente, para que tenha a oportunidade de implementar a medida de correção. Como resultados parciais, pode-se destacar que 98% dos municípios possuem portal, mas pouco mais da metade disponibiliza ferramentais de pesquisa para o cidadão, bem como documentação referente a aquisições e contratações, que possuem publicidade dos gastos, mas não a publicação efetiva dos documentos. Em relação a transparência passiva, 90% têm acesso à informação, porém só 10% possibilitam que o usuário possa avaliar o serviço e ter uma interação mais específica. Aos municípios que não foram obtidos retorno, haverá uma ação mais incisiva para promover a transparência no sentido de sensibilizar e apoiar os controladores e ouvidores. No acompanhamento de obras com recursos federais já foi criada uma metodologia. A Força Tarefa Cidadã vem focar nas ações dos conselhos municipais e dos controladores e, principalmente, na capacitação e qualificação de todos os gestores, servidores e cidadão.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) reforçou a necessidade de um encontro para tratar da capacitação e pediu o registro em ata para posterior comunicação ao Coordenador Executivo, **Maurício Kalache**.

Bruno Galatti (MPPR) se mostrou contente com todo o trabalho que vem sendo realizado. O MPPR continua com a luta na transparência e aprovação de um planejamento estratégico para o terceiro setor. Acredita que o foco está sendo delimitado no âmbito do controle social. Aumentar a informação qualificada para que o cidadão possa realizar a fiscalização. Destacou a necessidade de avaliação do Observatório e dos Tribunais de Contas diante da mudança significativa que houve na lei de improbidade. Mencionou o Observatório da Despesa Pública e a importância de agrupar dados para repassar à população.

Karlla Hanayane (SEJUF) aproveitou e falou da importância em ter os dados públicos disponibilizados com um viés não técnico para fomentar a cultura da transparência, que é além de um instrumento formal e de *checklist*. O intuito é deixar as políticas públicas de forma mais gerencial e democrática.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) acredita que a lógica da Rede é essa: identificar assuntos de interesse comum, nascendo a pauta verdadeira para o Estado com produtos específicos – transparência e capacitação.

Ney da Nobrega Ribas (OSB) destacou a relevância das frentes de trabalho envolvidas nas políticas públicas: servidor e conselhos municipais.

Luciano Cassio de Souza (TCU) informou no chat que, sobre atuação junto a Conselhos Municipais de Políticas Públicas, no dia 05 de maio às 10 hrs o TCU+Cidades irá organizar uma Webinar sobre o tema.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) se propôs a capacitar o pessoal, tendo em vista a grande importância desse assunto.

Bruno Galatti (MPPR) reforçou a necessidade de maior regulamentação dos Tribunais de Contas sobre a publicidade desses atos administrativos dos conselhos, como as atas, sob pena de não aprovação.

Vivianéli Prestes (TCE/PR) falou que o TCE/PR tinha uma ação em conjunto com as universidades e parte de conselhos municipais para aperfeiçoar os controles internos. No entanto não há uma normativa que obrigue a adequação dos indícios de irregularidades identificados. Deixou seu apelo pessoal, no sentido de criar um programa com integrantes da Rede visando a orientação e fortalecimento dos controles internos dentro desse setor.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) destacou o papel da normativa em trazer a fundamentação nas políticas públicas, mas ponderou acerca da limitação de competência do TCU frente aos conselhos municipais. Pediu registro em ata para que, com a anuência do Coordenador Executivo, **Maurício Kalache**, seja realizado encontro com participação do TCE/PR para

tratar desse tema. Por fim, adentrou na última pauta: obras inacabadas no Estado do Paraná (TCU, TCE, MPPR e TJ/PR). Explanou as ações em andamento e as perspectivas futuras no Projeto Acelera Paraná, que tem por missão conhecer a quantidade de obras inacabadas pelo Estado como um todo, especificando o tipo do recurso, motivo da paralisação. Enfim, demonstrou sua indignação como brasileiro no desperdício de dinheiro público nessa área. Por isso a necessidade de unir esforços entre os órgãos que já tenham dados mapeados em uma força tarefa sobre obras inacabadas. Relatou que o TCU vai fazer auditoria sobre obras pelo Brasil, em parceria com os TCEs, e reforçou a necessidade de parceria com as Redes, pois será fundamental para o sucesso da ação. Solicitou registro para posterior encaminhamento e anotação das iniciativas dos diversos órgãos que integram a Rede sobre este assunto.

Luciano Cassio de Souza (TCU) disponibilizou no chat o link: <https://paineldeobras.economia.gov.br/extensions/painel-obras/painel-obras.html>.

Vivianéli Prestes (TCE/PR) relatou de uma parceria do TCE/PR com o CREA cujo objeto era validação por parte dos técnicos responsáveis do andamento da obra e seu real status.

Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR) informou que a CGE/PR vem realizando levantamento de obras paralisadas no âmbito do Poder Executivo Estadual, por meio do Sistema G-GOV e de expedição de Ofícios Circulares aos órgãos e entidades. A ação prevê 3 ações: (i) levantamento mecânico e consolidação das informações, através de visita *in loco*; (ii) atualização do Sistema G-GOV e capacitação de servidores; e (iii) criação de ferramenta para abarcar a visão de auditoria em camadas, com apoio do CREA. Todas essas ações visam trazer maior autonomia ao Sistema G-GOV que hoje é preenchido por servidores e não possuem uma API com os demais sistemas institucionais de obras utilizados pelos órgãos e entidades. Além de abarcar ao sistema o videomonitoramento das obras para atender à transparência e ao controle social.

Bruno Galatti (MPPR) questionou se o Sistema G-GOV é via satélite, pois no MPPR eles possuem o Brasil Mais, sendo um serviço que poderia auxiliar as ações da CGE/PR.

Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR) relatou que foi firmado informalmente como uma das bases os registros de satélite. O Paraná Cidade tem o registro fotográfico no Portal da Transparência do Estado, com o videomonitoramento essa boa prática vai ser potencializada com a disponibilização da câmera da intervenção de engenharia.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) elencou que grandes temáticas foram abordadas e carece, de reuniões presenciais prolongadas, como: obras, capacitação e conselhos. Por fim, destacou uma ação do TCU na fiscalização da eleição ocorrida em Agudos do Sul, em que uma

equipe do TCU acompanhou o trabalho do TRE para ver o passo a passo da prática. E, parabenizou toda a organização e capacitação dos servidores do TRE.

Hillene de Cassia (TRE/PR) informou que estão sendo utilizadas tecnologias de primeiro mundo, bem como foi focada na capacitação dos servidores para uma boa execução do trabalho. Falou do processo seguro de funcionamento das urnas e do aval do TCU. Comentou da pouca participação dos partidos políticos, da população e sobre a desinformação que paira diante das eleições. Destacou a seriedade do trabalho desenvolvido pelo TRE.

Bruno Galatti (MPPR) colocou à disposição o setor de inteligência do MPPR para quem quiser firmar Termo de Cooperação.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) finalizou destacando que a reunião foi bastante proveitosa, permitindo uma grande sequência de demandas que serão repassadas ao Coordenador Executivo.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES			
nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Pauta para a próxima reunião do colegiado: apresentação do plano de ação das Comissões Permanentes para o ano de 2022.	Coordenação Executiva	-
2	Disponibilização do material ESG Público.	CGE/PR	-
3	Sugestões PNPC	TCU	-
4	Sugestão para agendar reunião presencial, se possível, para tratar da capacitação municipal como pauta para a Rede. Objeto: mudanças na lei de licitações e governança/planejamento de compras.	Coordenação Executiva, CGE/PR (disponibilização de local)	-
5	Levar ao conhecimento do Coordenador Executivo a sugestão para realizar encontro, com participação do TCE/PR, para tratar da criação de um programa com integrantes da Rede visando a orientação, capacitação e fortalecimento dos controles internos.	TCU, TCE/PR e Coordenação Executiva	-
5	Registro de iniciativas dos órgãos integrantes da Rede de Controle em ações/projetos sobre obras paralisadas.	TCU, TCE/PR, MP/PR e Coordenação Executiva.	-